

DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE EM QUESTÃO

Priscilla Bagli¹
Antonio Cezar Leal²

Resumo: Reflexões sobre a sustentabilidade encontram campo propício num contexto em que o esgotamento dos recursos naturais e a queda na qualidade de vida despontam enquanto problemas que atingem escala mundial. O processo de urbanização e o crescente êxodo rural, fruto das incipientes políticas de reforma agrária brasileiras, contribuem para acentuar a problemática ambiental nas cidades e no campo. Crescem os desmatamentos, a poluição dos cursos d'água com a falta de saneamento básico e o uso exacerbado de agrotóxicos, os processos erosivos, o assoreamento de rios e lagos, e muitos outros problemas que refletem as inadequadas formas de ocupação dos espaços e de apropriação dos recursos naturais. Neste artigo, são questionados os paradigmas de desenvolvimento e sustentabilidade impostos, frente aos paradoxos do economicismo fundamentador das relações sociais, políticas, culturais e, sobretudo, ambientais.

Palavras-chave: desenvolvimento – meio ambiente – urbanização – degradação – sustentabilidade

SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN QUEST

Abstract: Reflections about the sustainable development find propitious field in a context where the exhaustion of the natural resources and the fall in the life quality blunt while problems that reach world scale. The urbanization process and the crescent rural exodus, fruit of the incipient brazilian politics of agrarian reform, contributes to accent problematic the ambient one in the cities and the field. The deforestation, the pollution of the courses of water with the lack of basic sanitation and the extreme use of chemical defensives, the erosive processes grow, sanded rivers and lakes, and many other problems grow, reflecting the inadequate forms of occupation of the spaces and of appropriation of the natural resources. In this article taxes will be questioned the paradigms of sustainable development front to the economic paradoxes that had based the social relations, politics, cultural and, over all, environmental.

Key-Words: development – environment – urbanization – degradation – sustainable development

¹ Mestranda em Geografia na FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente, bolsista FAPESP. priscillabagli@yahoo.com.br

² Professor Doutor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente. cesarleal@stetnet.com.br

*O Homem chega e já desfaz a Natureza
tira gente põe represa, diz que tudo vai
mudar
O São Francisco lá pra cima da Bahia
diz que dia menos dia vai subir bem
devagar
E passo a passo vai cumprindo a profecia
do beato que dizia
que o sertão ia alagar
O sertão vai virar mar, dá no coração
o medo que algum dia o mar também
vire sertão
Sá & Guarabira*

A importância que os discursos ambientalistas tem alcançado na mídia revela o grande empobrecimento da experiência humana em relacionar-se com o ambiente e consigo mesmo. O desenvolvimento econômico, que deveria levar à superação de problemas sociais, tem demonstrado a sua face catastrófica: o esvaziamento do social em sua práxis e a degradação desenfreada da natureza.

Esperava-se que os avanços tecnológicos e a Ciência Moderna superassem as desigualdades, conquistando a independência humana em relação à natureza. Em parte, a independência foi conquistada, entretanto, as desigualdades acentuaram-se. O movimento de secularização, que derrubou o milenarismo teocentrista, permitiu que o homem produzisse uma nova consciência de si e da natureza. Esta passou a ser encarada como objeto subjugado ao homem-sujeito. Deixou de ser contemplada para ser dominada, vista por olhares econômicos, estratégicos e intervencionistas, conforme apontado por Scarim (1999). Assim, a natureza foi destituída de seus segredos, transformada em recurso/mercadoria.

O limite de exploração e dominação passou a ser determinado pelo próprio homem, via razão, por meio das técnicas. Scarim (1999) relata que, no contexto do capitalismo e da modernidade, o paradigma humano foi definido pela relação: homem – razão – técnica – produção – objetos – consumo – necessidades. Sob a égide dessa lógica, as necessidades humanas passaram a ser supridas com a produção de objetos, mediante a utilização da racionalidade técnica, tendo como fonte de recursos a natureza. A temporalidade natural foi substituída pela temporalidade do capital, movida pelo consumo desenfreado de produtos.

Os caminhos do progresso e do desenvolvimento econômico foram, dessa forma, determinados pela capacidade de transformar a natureza em objetos, ou seja, não pelo o que ela possuía, mas pelo que dela poderia se utilizar. O desenvolvimento passou a ter como

fundamento o nível tecnológico, subjugando o ritmo natural à lógica do capital.

O consumo desenfreado ampliou as necessidades "vitais" do ser humano, que, preteritamente, resumiam-se em água, ar e alimentos. Muitas dessas "necessidades" foram produzidas e estrategicamente induzidas com a finalidade de aumentar o consumo, ampliando a demanda pelos objetos ofertados no mercado. Para o crescente mercado de consumo, surgiram espaços próprios de satisfação dos desejos, como, por exemplo, os shopping-centers.

Se aparentemente o limite do progresso parecia não existir e o impossível seria alcançado, concretamente tal modelo começou a ruir. A solidez desmanchou-se no ar. A natureza geradora de riqueza apresentou o lado frágil de seu equilíbrio frente à desenfreada e não programada apropriação dos recursos. O esgotamento de determinados recursos derrubou o mito da natureza inexaurível, passando a questionar os modelos de desenvolvimento, comprometendo-os.

Bens raros tornaram-se abundantes (carros, televisão, eletrodomésticos, computadores, etc.); bens abundantes tornaram-se raros (água limpa, ar puro, natureza intocada) (LEFEBVRE, 1999). Ao mesmo tempo em que se extinguem materiais, despontando o que Lefebvre (1999) denomina "nova raridade", uma infinidade de outros produtos são fabricados em abundância para o abastecimento do mercado consumidor.

Estabeleceu-se um paradoxo: a produção de excedentes, base do capitalismo, contrapôs a escassez, oriunda da apropriação desenfreada da natureza. O inacabável apresentou a sua finitude, desmitificando o poder da técnica. Concomitante à escassez, surgiram inúmeros problemas de degradação ambiental. Mesmo com todo o desenvolvimento e progresso científico alcançado, a qualidade de vida caiu para boa parcela da população.

No âmbito das contradições, gerou-se os extremos: miséria e riqueza. Embora ambas contraponham-se em um plano ideológico, na prática convivem juntas, completando-se. Monteiro (1981) ressalta que a fome e a miséria fazem parte do custo social que a humanidade inteira paga para que o desenvolvimento econômico avance em um pequeno número de regiões do mundo. As nações ricas poluem mais e ainda exportam, sob o jargão do desenvolvimento, a poluição de que querem se livrar de seus territórios aos países pobres.

O desenvolvimento, visto sob égide da lógica econômica, transformou a natureza. Ecossistemas naturais intocados pelo homem tornam-se cada vez mais raros. O esgotamento de recursos naturais e a poluição ambiental colocaram em xeque os padrões de desenvolvimento fundamentados num economicismo exacerbado.

DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Discutir sobre o modelo de desenvolvimento adotado é fundamental para refletir sobre os problemas ambientais. A expansão das forças produtivas alicerçada na apropriação da natureza enquanto recurso/mercadoria reduziu o padrão de desenvolvimento ao economicismo puro. Gomes (1988) afirma que a ambição em acumular riquezas e poder afastou os interesses sociais e naturais.

Se outrora a natureza fora idealizada e respeitada, vista como um bem sagrado e base única da sobrevivência humana, a expansão do modo de produção capitalista e de suas tecnologias "emancipou" o homem da dependência natural. A natureza foi subordinada aos desejos e necessidades humanas, rompendo o padrão simbiótico de inter-relacionamento.

A "desarmonia" entre homem e natureza teve como fundamento o pensamento "desnaturalizado". Ao sentir-se liberto, o homem subjugou a natureza e dela se apartou.

Aproveitando-se da singularidade humana – a razão – o homem subjugou animais, vegetais e minerais, transformando-os em meros recursos necessários a sua sobrevivência e satisfação dos seus desejos. Reforçando uma absurda separação, o mundo humano foi colocado contrapondo a idéia de um mundo natural. Ao legitimar o paradigma que separou o homem da natureza, a "desnaturalização" do homem transformou-o em um ser alienígena, pois sua origem natural foi desconsiderada.

No afã de dominar a natureza e seus segredos, destruiu o equilíbrio natural, tornando-se causa de muitos desastres ambientais.

Entretanto, ao libertar-se, o homem construiu seu próprio cativeiro: a dependência às formas de produzir e aos objetos criados. Transformou a natureza em coisa, mas também coisificou-se ao subordinar-se ao consumo. Alimentando um círculo vicioso entre meios de produção, matérias-primas e consumo, acentuou o desenfreado processo de degradação ambiental.

A inobservância às variáveis ambientais gerou situações contraditórias: países que cresceram economicamente, em relação ao PIB (Produto Interno Bruto), tiveram queda na qualidade de vida dos habitantes e dos trabalhadores (BRAGA, 1988). Concomitante a esse fato, surgiram uma série de problemas ambientais decorrentes da má utilização dos recursos naturais.

No século XX, os problemas ambientais atingiram escala mundial: poluição de rios, mares, oceanos e da atmosfera, assoreamento de rios e lagos, intensificação nos processos erosivos de origem hídrica, especialmente os pluviais e fluviais, aumento de temperatura nas cidades, inversão térmica, falta ou excesso de chuvas, deslizamentos e desmoronamentos de morros e encostas, esgotamento de recursos naturais, dentre outros.

Frente à nova realidade, de degradação e escassez, despontam preocupações em torno de um "desenvolvimento sustentável" que possibilite garantir a qualidade de vida das gerações presentes e futuras, assegurando o progresso conquistado mediante as melhorias no acesso à saúde, saneamento, infra-estruturas, tecnologias, etc.

Todavia, pensar a sustentabilidade significa, sobretudo, (re)pensar o modelo de desenvolvimento adotado, retomando o elo perdido que, em tempos passados, alicerçara a lógica da união do ser humano ao conjunto da natureza. O homem é natureza, sendo assim, relaciona-se com o ambiente³ e com si próprio.

O grande desafio tem sido visualizar o desenvolvimento não de forma separada ou dicotômica (econômico x ambiental, social x político, etc.), e sim em sua totalidade integradora. Tomando como base Jacobs (2001), refletir sobre o desenvolvimento enquanto resultado de co-desenvolvimentos integrados pode ser uma forma de considerar a amplitude dos processos em suas contradições e diferencialidades. Destarte, compreender o desenvolvimento sob a lógica das redes de co-desenvolvimentos facilita o entendimento das formas de cooperação direta e indireta, e de suas respectivas interdependências.

Mendes (2001) afirma que o desenvolvimento econômico é importante, mas insuficiente para a promoção do desenvolvimento humano. Torna-se, portanto, uma falácia se pensado distante ou separado de outros tipos de desenvolvimento, como o ambiental.

A sustentabilidade deve pautar-se nas limitações físicas da natureza. São os processos naturais que limitam o que fazemos e a forma como podemos fazê-los. Portanto, uma troca sustentável entre a sociedade e o meio ambiente envolve, segundo Cavalcanti (2001), restrições às atividades societárias, ajustando-as aos ciclos naturais. Gerir as necessidades e as possibilidades, considerando o horizonte da finitude dos recursos e/ou de seus ciclos de renovação dentro da escala humana⁴, é fundamental para definir os limites do uso sustentável.

Entretanto, os discursos sustentáveis, que na teoria são adotados por todos, restringem-se, em termos de aplicabilidade, aos países fonte de matérias-primas essenciais à manutenção do desenvolvimento econômico das nações ricas. Aos países detentores de recursos naturais cabem-lhes no mundo o lugar de "reserva exploratória futura". A velha retórica do "faça o que eu falo, mas não faça o que eu faço" permanece, ampliando ainda mais a distância que separa o discurso sustentável da prática concreta.

Centenas de milhares de pessoas que diariamente vivem sob a privação total de recursos indispensáveis, inclusive para a própria sobrevivência, continuarão privados de participar dos benefícios

³ O termo aqui é usado referindo-se não apenas ao meio natural do qual o homem é parte, mas também ao meio fruto das relações estabelecidas com o entorno e consigo.

⁴ Muitos recursos são renováveis considerando a escala geológica, entretanto, quando reduzidos à escala humana tornam-se esgotáveis, pois a velocidade do consumo é maior que a velocidade da renovação.

tecnológicos para garantir excelente qualidade de vida a uma minoria perdulária.

Preservar áreas e riquezas naturais garante o desenvolvimento econômico futuro. Entretanto, a quantidade de pessoas que poderão participar desse desenvolvimento em sua plenitude se tornará cada vez mais reduzida se não forem mudados os padrões de consumo e de vida.

A criação de áreas de proteção ambiental, como parques e reservas florestais, nada contribui para redefinir as atitudes e os padrões de desenvolvimento. Tais áreas ou "ilhas de preservação ambiental" concorrem apenas para difundir o "mito moderno da natureza intocada", (DIEGUES, 1996), que surge com o objetivo de proteger a natureza das ameaças da civilização urbano-industrial. Entretanto, a proteção é reduzida a determinadas áreas, onde a estética é valorizada em detrimento das populações tradicionais⁵. Em nome da intocabilidade, os modos de vida fundamentados no manejo sustentável, desenvolvido por tais populações, são descartados. Em contrapartida, os padrões de consumo e produção que disseminam a degradação dos recursos permanecem intactos.

A forma como o desenvolvimento em "bases sustentáveis" tem sido conduzido ainda é paradoxal. Desenvolver-se de forma sustentada não significa apenas encontrar um nível ótimo de uso equilibrado dos recursos naturais ou criar áreas de preservação. Envolve também, conforme apontado por Cavalcanti (2001), criar possibilidades de obter condições iguais de vida a todas as pessoas e seus sucessores. Compete, portanto, refletir sobre formas de eliminar a miséria sem desprezar os limites da capacidade de sustentabilidade da Terra.

Brüske (2001) afirma que não existe somente um mínimo de recursos necessários para garantir a sobrevivência das pessoas, há também um máximo. Os limites e as possibilidades devem ser considerados de forma a abarcar a todos, suprimindo as desigualdades ou, ao menos, procurando amenizá-las.

É extremamente necessário que se estabeleça um padrão equitativo entre gerações e países. Somente assim, o ambiente terá a sustentabilidade garantida. Para tanto, torna-se imprescindível realizar ajustes nos padrões de vida fundamentados no desperdício de recursos e na poluição desmesurada do meio ambiente.

Tentar obter a sustentabilidade por meio de mecanismos de mercado, como a valoração de recursos, pode legitimar o uso indiscriminado de reservas naturais e/ou garantir a permissão de poluir mediante contracheque. Acreditar em tal milagre significa, conforme ressalta Stahel (2001), acreditar no poder da "mão invisível" do mercado,

⁵ Segundo o autor, populações tradicionais são índios, ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais e camponeses, portadores de uma outra cultura (dita tradicional) distinta das sociedades urbano-industriais. Possuem seus próprios mitos, lendas e modos de vida, mantendo inter-relações com o mundo natural de forma a respeitar os ciclos biológicos e os recursos naturais existentes.

ou seja, deixar que as leis mercadológicas guiem o uso e a renovação dos recursos, e os padrões de poluição ambiental. O uso sustentável de recursos relaciona (direta e indiretamente) uma série de fatores que estão bem além do preço de mercado. É importante relembrar que o economicismo favoreceu a degradação ambiental desmesurada.

Stahel (2001) aponta para o fato que a sustentabilidade do todo só pode ser pensada em conjunto com suas partes. Logo, a discussão deve superar o caráter conceitual de desenvolvimento e sustentabilidade. Se pensado sob o ponto de vista integrador, o desenvolvimento traz intrínseco a lógica da sustentabilidade. Nesse caso, mais importante que a discussão de conceitos é a práxis transformadora.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PARADIGMAS DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

A condição exploratória a qual são relegados os países "antigas colônias" é fato histórico. A conquista do território brasileiro e seu processo de povoamento, desde o início, provocaram, e ainda provocam, grandes devastações que avançam a passos largos, causando desperdício de recursos naturais e degradação ambiental. Monteiro (1981) afirma que a história brasileira é uma sucessão de ciclos de exploração: pau-brasil, ouro, borracha, floresta, etc.

No Brasil, a existência de mecanismos legais que visassem a preservação ou manejo racional dos recursos ocorreu tardiamente. Embora a legislação ambiental brasileira encontre-se entre as mais completas do mundo, a sua aplicabilidade ainda é bem restrita. Os órgãos fiscalizadores demonstram-se ineficientes frente aos problemas ambientais brasileiros. Concomitante a esse fato, a política de desenvolvimento adotada contribuiu e muito para acentuar a problemática em relação ao ambiente.

Desde os primórdios, a exploração monocultora favoreceu o uso inapropriado do solo em virtude da vastidão do território brasileiro, aliada a imensa quantidade de terras férteis e boas para o plantio. Se as terras se esgotassem, bastaria avançar sobre o imenso território para conquistar outras porções e manter a produtividade agrícola, como aconteceu no caso da cana-de-açúcar, do café, e, mais recentemente, com a soja.

O processo de urbanização e o crescente êxodo rural contribuíram para ampliar os problemas relacionados ao ambiente, tanto nas cidades, quanto no campo.

A política desenvolvimentista, iniciada no governo Juscelino Kubistchek, contribuiu para a intensificar a urbanização brasileira. O Brasil, desde meados da década de 60, deixou de caracterizar-se enquanto um país rural, com atividades essencialmente agrícolas, para se tornar um país industrial, com uma população predominantemente urbana.

Os governos militares, nas décadas de 60 e 70, fomentaram ainda mais a industrialização e urbanização, promovendo políticas de desenvolvimento e integração econômica. Construindo estradas e rodovias, facilitaram a integração nacional. O "desenvolvimento" foi levado a todas as regiões do Brasil, via colonização dos "vazios demográficos", criação de pólos industriais em locais estratégicos e incentivos fiscais para a instalação de empresas em áreas distantes e pouco povoadas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Todo esse processo propiciou um imenso desmatamento na região amazônica, área foco das políticas de integração e desenvolvimento territorial, e, em especial, nas regiões de cerrado, intensamente devastadas por terem sido excluídas da proteção ambiental assegurada pela Constituição. Sob o pretexto do desenvolvimento integracionista, foram criados pólos industriais sem que nenhuma iniciativa em relação ao ambiente fosse tomada. Usinas hidroelétricas foram construídas para abastecer a demanda industrial e urbana crescentes. Embora a produção de energia elétrica ocorra sem originar resíduos poluentes ao ambiente, há um custo social e ambiental grande para a população ribeirinha, flora e fauna local. Os impactos provocados pela construção das hidroelétricas atingem grandes proporções, pois deslocam ribeirinhos, animais e destroem a vegetação local com o alagamento das áreas. A destituição de modos de vida pode provocar conseqüências ainda maiores, acentuando as migrações para as cidades, ampliando a problemática urbana, e para as áreas rurais, agravando os conflitos por terra. As áreas alagadas para a geração de energia também provocam mudanças na umidade relativa do ar.

Os projetos de colonização da Amazônia, que serviriam para amenizar as áreas de conflitos agrários e resolver o problema da terra no Brasil, concorreram apenas para acentuá-los. Privilegiou-se a grande empresa rural em detrimento dos pequenos produtores, instaurando uma política de contra-reforma agrária. O Estatuto da Terra, de 1964, discursivamente também objetivou resolver o problema agrário brasileiro, todavia, na prática legitimou a grande propriedade, favorecendo o concentracionismo de terra e expulsando o trabalhador rural do campo. Estes, expropriados de suas terras, contribuíram para aumentar as aglomerações urbanas.

A ocupação de encostas, fundo de vales e de áreas alagadiças demonstrou a total falta de planejamento para receber tamanho contingente populacional nas cidades. A falta de saneamento trouxe conseqüentemente mais poluição para os rios e lagos. Construções edificadas em lugares inapropriados, como barrancos, morros e encostas, tornaram mais freqüente o risco de deslizamentos e desmoronamentos, além de contribuir para a queda de qualidade de vida dessas pessoas que, constantemente, são obrigadas a conviver em meio ao lixo e os dejetos. O crescimento das cidades trouxe consigo o desmatamento, nas áreas utilizadas para a expansão urbana, e a

impermeabilização do solo, na construção de rodovias, estradas, ruas, avenidas

Uma das significativas expressões da alteração ambiental nas cidades com grandes aglomerações populacionais relaciona-se aos valores de temperatura e concentração de poluentes atmosféricos, conforme afirma Lombardo (1985). Alterações no balanço de energia geram bolsões sobre áreas urbanas, denominadas ilhas de calor. Nessas áreas, a temperatura da superfície é mais elevada que nas áreas circunvizinhas, propiciando o surgimento de uma circulação local. As ilhas de calor podem modificar correntes de vento e causar aumento de precipitação. O aumento da temperatura nas áreas urbanas justifica-se pela ausência de vegetação, pelo excesso de prédios (casas e vias de circulação construídas com materiais que conservam grande quantidade de calor, como concreto, vidro e asfalto) e pela concentração de poluentes. Tais fatores concorrem para diminuir a umidade relativa do ar, ocasionando, conseqüentemente, elevação de temperatura.

Considerando que chuvas em abundância acentuam os problemas citados anteriormente, os estragos ambientais podem se tornar ainda maiores nas áreas urbanas, provocando enchentes, desmoronamentos e aumentando o risco de epidemias. O excesso de calor, associado a qualidade do ar nas cidades, pode também prejudicar a saúde, causando distúrbios do coração, circulação e respiração.

No campo, a degradação ambiental também se faz presente. Coberturas naturais originais são retiradas para consolidar as plantações monocultoras. Monteiro (1981) afirma que qualquer modificação nas características da cobertura do solo implica não só alteração dos parâmetros de balanço de energia, mas também na dinâmica do escoamento. Assim, os processos evaporativos e erosivos são afetados. A ausência de vegetação contribui para acentuar a erosão dos solos, podendo formar ravinas e voçorocas. Estes processos, por sua vez, influenciam no carreamento da camada fértil, via escoamento superficial das águas pluviais, provocando o assoreamento de rios e lagos. A falta de vegetação influi também no processo de evapotranspiração, diminuindo a quantidade de precipitações, fator que se torna prejudicial às safras agrícolas. Com a Revolução Verde, iniciada em 1970, o uso abusivo de herbicidas, fungicidas, adubos e demais agrotóxicos generalizou-se, contaminando os solos e os cursos d'água superficiais e de sub-superfície, via escoamento superficial ou infiltração.

Monteiro (1981) ressalta que, à medida em que se altera o ambiente natural, onde a ação antrópica é mais predatória que racional, os eventos meteorológicos assumem formas de impactos de grande agressividade: enchentes, secas, geadas, etc., afetando direta e profundamente a população rural e urbana.

Santos (1997) afirma que o homem se tornou fator geológico, geomorfológico e climático, e a ação antrópica passou a ter efeitos continuados e cumulativos. Transformando mares em sertões e sertões em mares, o homem atinge e muda o ambiente e a si mesmo.

O nosso quadro de vida, ou melhor, o espaço geográfico, segundo Gonçalves (1984), é paradoxalmente cada dia mais um quadro de morte, repleto de poluição, desastres e miséria. Fala-se muito a respeito da destruição da natureza pelo "homem". Fala-se de um homem em geral, sem discernir que os homens concretos, na sociedade em que vivemos, não são iguais. As diferencialidades espaciais são configurações das variadas formas de apropriação, ou conforme aponta Smith (1988), da produção da natureza.

Nota-se que a forma como foi conduzido o processo de desenvolvimento brasileiro favoreceu o crescimento das desigualdades sociais e dos problemas ambientais. Pouco tem sido feito para mudar esse quadro de degradação. Políticas compensatórias procuraram mascarar a realidade, instituindo áreas de preservação ambiental. Mera importação de modelos que serviu apenas para destituir as populações tradicionais de seu habitat.

A legislação ambiental brasileira, embora seja rigorosa quanto às punições, é pouco aplicada, fato que contribui para acentuar práticas nocivas de uso dos recursos naturais.

A lógica destrutiva perdura e os efeitos desastrosos da deterioração ambiental são socializados, embora os cidadãos não sejam igualmente responsáveis por eles. Em contrapartida, os benefícios da sociedade tecnológica continuam privatizados por poucos.

Alternativas, como a reciclagem de materiais, têm se transformado em uma realidade cada vez mais presente. Entretanto, a maior parte dos catadores de materiais recicláveis são movidos pela necessidade de garantir a sobrevivência e não pela consciência ambiental. Há ainda uma distancia enorme a ser percorrida para que as práticas sustentáveis sejam incorporadas pela sociedade em sua totalidade.

Não há como falar de sustentabilidade se os padrões de desenvolvimento não forem modificados e se as desigualdades socioeconômicas continuarem a existir.

CONCLUSÃO

Discutir a questão ambiental sem discutir os fundamentos sociais, culturais, institucionais, econômicos e políticos resulta, conforme apontado por Stahel (2001), em um discurso vazio. A busca por uma sociedade sustentável só encontra viabilidade se pautada no equilíbrio das partes. Muito precisará ser revisto se quisermos, de fato, construir um futuro comum e seguro para todos.

Não basta apropriar-se de discursos de comunidades indígenas para sensibilizar as nações em torno de um futuro seguro e próspero (GONÇALVES, 1984). As relações sociais que regem a sociedade em que vivemos não se encontram no mesmo nível simbiótico com a natureza que tais comunidades.

O desafio, conforme ressaltou Samuel dos Santos no III Seminário de Integração Disciplinar "A Luta pela Água e a Promoção da Vida", realizado em Agosto de 2002, na FCT/UNESP, câmpus de Presidente Prudente, é pensar a relação sociedade-natureza sem negar as conquistas que o meio técnico-científico informacional nos trouxe.

A sustentabilidade só se tornará viável no momento em que os grandes responsáveis pela degradação ambiental incorporarem o discurso de fato e não apenas nas assinaturas dos documentos finais das conferências mundiais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido repensar os padrões de desenvolvimento é ponto de partida para redefinir os rumos da sociedade. Entender a integração dos processos em redes de co-desenvolvimentos pode contribuir para diluir as dicotomias existentes. Valores sociais, culturais, políticos, ambientais e econômicos são partes componentes do todo integrador. Se pensados isoladamente incorrem em problemas que, cedo ou tarde, trazem suas mazelas para toda a sociedade.

Ressaltar a dicotomia entre desenvolvimento e sustentabilidade é propagar a idéia sectária de que ambos não podem caminhar juntos. Tolice seria continuar pensando um desenvolvimento sem incorporar a sustentabilidade. Leváramos adiante o modelo de intensa degradação e de tensas relações entre homens, numa disputa continua de recursos cada vez mais raros. Frente a raridade, a apropriação de determinados espaços e recursos ficaria mais e mais restrita ao poder de compra para a satisfação dos desejos individuais, ampliando o abismo socioeconômico existente.

A sustentabilidade não se restringe a uma questão de sobrevivência, mas sim de uma busca constante pela qualidade de vida, conforma apontado por Stahel (2001). Visões isoladas só contribuem para distanciar o equilíbrio entre as condições mínimas e máximas necessárias para garantir os padrões equitativos de qualidade de vida.

A Geografia tem um papel importante nesse desafio. Para tanto necessita desprender-se do ambientalismo descritivo da Geografia Tradicional, que minimizou o homem em relação ao ambiente natural; do método quantitativista da Nova Geografia, que descartou homem e ambiente em detrimento do método; e do marxismo dogmático da Geografia Crítica, que aboliu a natureza dos discursos geográficos.

Pensar o presente e o futuro sob o paradigma da relação sociedade-natureza, de forma a assegurar condições seguras de sobrevivência e qualidade de vida a todos, implica em aprimorar a visão dialética sobre o espaço, objetivando compreendê-lo em suas contradições e desigualdades, na tentativa de superá-las.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAGA, Ricardo Augusto Pessoa. Avaliação de impactos ambientais: uma abordagem sistêmica. **Terra Livre 3** "Geografia & questão ambiental". São Paulo: ABG/Marco Zero, n.3, p.65-74, 1988.
- BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (org). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para um sociedade sustentável. 3 ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001, p.29-40
- CAVALCANTI, Clóvis (org). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para um sociedade sustentável. 3 ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.
- DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (org) **O espaço no fim de século** – a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- GOMES, Horieste. A questão ambiental: idealismo e realismo ecológico. **Terra Livre 3** "Geografia & questão ambiental". São Paulo: ABG/Marco Zero, n.3, p.35-54, 1988.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Paixão da terra**: ensaios críticos de ecologia e geografia. Rio de Janeiro: Rocco/Pesquisadores Associados em Ciências Sociais-SOCII, 1984.
- JACOBS, Jane. **A natureza das economias**. São Paulo: Beca, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. **Revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LOMBARDO, Magda. **Ilha de calor nas metrópoles** – o exemplo de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1985.
- MENDES, Armando Dias. Envolvimento e desenvolvimento: introdução a simpatia de todas as coisas. In: CAVALCANTI, Clóvis (org). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para um sociedade sustentável. 3 ed. São Paulo: Cortez; Recife: Joaquim Nabuco, 2001, p-54-76.
- MONTEIRO, Carlos Augusto Figueiredo. **A questão ambiental no Brasil (1960-1980)**, São Paulo: USP, 1981.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SCARIM, Paulo César. A "rara" propriedade. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (org). **O espaço no fim de século** – a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

STAHEL, Andri Werner. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, Clóvis (org). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para um sociedade sustentável. 3 ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001, p.104-127.

TERRA LIVRE 3 "Geografia & questão ambiental". São Paulo: ABG/Marco Zero, n.3, 120p., 1988.